



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXIV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2020

ACESSO AO TRATAMENTO, INSUMOS E MEDICAMENTOS PELOS PORTADORES DE DIABETES ATENDIDOS NA ATENÇÃO BÁSICA/UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.

Suzane Alves Silva¹; Nídia Oliveira Bezerra²

1. Bolsista PROBIC/UEFS, Graduando em Enfermagem, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: suze.sasilva@gmail.com
2. Orientador, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: nidiaobezerra@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Diabetes mellitus; Atenção básica; Acesso aos serviços de saúde.

INTRODUÇÃO

A Reforma Sanitária, no Brasil, buscou garantir a saúde como direito individual, traduzida na equidade e no acesso universal a um sistema público de saúde, solidário e inclusivo (MITRE; ANDRADE; COTTA, 2012). Nesse contexto, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), regulamentado pela Lei Orgânica nº 8.080/90. Desde então, programas de saúde vêm sendo organizados e desenvolvidos, a fim de facilitar o acesso dos usuários ao SUS (OLIVEIRA *et al.*, 2017). A Atenção Básica (AB) tem importante atribuição por ser a principal porta de entrada do sistema de Saúde (BRASIL, 2014). As doenças crônicas não transmissíveis, entre as quais o diabetes mellitus (DM), são a causa principal de mortalidade e de incapacidade prematura na maioria dos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil (MEINERS *et al.*, 2017). O DM é caracterizado por níveis de glicose aumentados no sangue, ou seja, hiperglicemia, causado por defeito na secreção da insulina e/ou na ação da mesma (BRASIL, 2013). O tratamento é realizado por meio de medidas farmacológicas (hipoglicemiantes) e não farmacológicas (atividade física e dieta nutricional). Apesar do acesso ampliado, ainda existem muitos relatos de queixas relacionadas à falta de medicamentos e dificuldade em conseguir consultas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) (JASMIM; QUELUCI, 2018). Diante do exposto, a **questão norteadora** dessa pesquisa foi: como ocorre o acesso ao tratamento, insumos e medicamentos pelos portadores de Diabetes atendidos na AB/Unidades de Saúde da Família (USF)? O **objetivo geral** foi compreender como ocorre o acesso ao tratamento, insumos e medicamentos pelos portadores de Diabetes atendidos na AB/USF. E os **específicos** foram discutir como se dá esse acesso e identificar facilidades, dificuldades/limites, desafios e perspectivas enfrentados pelos portadores de Diabetes atendidos na AB/USF, no acesso ao tratamento, insumos e medicamentos. Justificou-se a necessidade deste estudo para compreender como se dá o acesso ao tratamento, insumos e medicamentos pelos portadores de Diabetes atendidos na AB/USF, vinculando-o ao projeto de pesquisa: “Acesso à saúde como direito em

sistemas universais”, por se tratar de um assunto inerente ao direito à saúde garantida aos brasileiros.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, exploratória, do tipo revisão integrativa. Os dados foram coletados no portal Descritores em ciências da saúde (DeCS), sendo selecionados os seguintes descritores: Acesso aos serviços de Saúde, Diabetes Mellitus, Estratégia Saúde da Família e Tratamento Farmacológico. Em seguida foi realizada uma busca, utilizando-se esses descritores nas bases de dados Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Foram utilizados como critério de inclusão na busca: Texto completo disponível; Idioma: português; Tipo de documento: artigo e ano de publicação: 2014 a 2019. Após a leitura completa dos documentos, obteve-se sete artigos selecionados. E por fim, foi realizada a análise dos dados utilizando-se a Análise de Conteúdo de Minayo (2010; 2011). Os artigos foram identificados na discussão, destacando-se entre parênteses o número do título e o(s) autor(es). Exemplo: (T3) (SILVA *et al.*, 2016).

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

Apesar da vinculação dos usuários a uma equipe de Saúde da Família, a literatura mostra que eles ainda enfrentam dificuldades para agendamento de consultas, falta de medicamentos, compatibilidade de horários e de locomoção até a unidade.

ESTRATÉGIAS DE MELHORIAS E AMPLIAÇÃO DE ACESSO AO TRATAMENTO DE DM NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)

A abordagem do diabético na AB compreende a promoção da saúde, a detecção precoce, o tratamento e o acompanhamento, a coordenação do cuidado e o manejo de complicações da doença (T4) (SILVA *et al.*, 2016). No intuito de melhorar as políticas de atenção aos portadores de DM, foi lançado no Brasil o Plano de Reorganização da Atenção à Hipertensão Arterial e ao Diabetes Mellitus, junto a ele foi instituído o Programa Nacional de Assistência Farmacêutica para Hipertensão e Diabetes e o Sistema de Informação em Saúde (SIS-Hiperdia) (T2)/(T5) (BARRETO *et al.*, 2015; MEINERS *et al.*, 2017). Nesse contexto, inseriu-se o Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPPB), com o objetivo de ampliar o acesso da população aos medicamentos. Em 2011, passou a garantir a gratuidade de medicamentos para o tratamento da hipertensão e diabetes em todas as farmácias do país credenciadas ao programa e nas suas unidades próprias, como parte de um programa conhecido como Saúde Não tem Preço (T3) (COSTA *et al.*, 2016).

Percebe-se que a gestão vem tentando alcançar uma ampliação do acesso ao tratamento de DM. A literatura mostra quais as estratégias que o governo vem apresentando para aumentar o acesso ao tratamento pelos portadores de DM na AB, porém, deixa uma lacuna no tocante às estratégias utilizadas pelos usuários no acesso ao tratamento, insumos e medicamentos, ou mesmo se as estratégias implementadas pelo governo atendem a todas às necessidades dos portadores de DM.

FACILIDADES E DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS USUÁRIOS ATENDIDOS EM UBS/ESF PARA A EFETIVAÇÃO DO ACESSO AO TRATAMENTO DE DM

O atendimento interpessoal foi considerado um instrumento facilitador pelos portadores de DM (CABRELLI *et. al.*, 2014) (T1). As ações de acolhimento são essenciais para a construção de um vínculo entre o profissional de saúde e o usuário/família. (GARUZI *et al.*, 2014). Segundo Cabrelli e outros (2014) (T1), o tempo para agendamento de consultas ainda é um obstáculo para o atendimento às necessidades da população atendida na ESF. Além disso, a insuficiência de profissionais interfere na capacidade de acolher a demanda de usuários (T6) (SANTOS *et. al.*, 2018b). Nesse mesmo estudo, observou-se que a proximidade da unidade com o domicílio facilita o acesso ao serviço de saúde. Divergindo sobre esses resultados Macedo e outros (2019) (T7), apontaram que a localização do estabelecimento próximo da população não atende às necessidades dos usuários, como também, os horários, os dias em que está aberto para atender e o grau de tolerância para consultas não agendadas. A marcação de consultas tem sido considerada como um problema para a saúde pública e obstáculo ao acesso ao cuidado, e, por si só, como componente da má qualidade dos serviços ofertados à população, devido à existência de filas evitáveis (CRUZ *et al.*, 2017). A disponibilidade da medicação é um aspecto facilitador, os usuários referiram receber os medicamentos sempre que precisaram (T6) (SANTOS *et.al.*, 2018b). Todavia, Barreto e outros (2015) (T2) verificaram que apesar dos medicamentos prescritos constarem na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais e terem a sua prescrição respaldada nos protocolos nacionais e internacionais, ainda há hipertensos e diabéticos atendidos nas UBS que necessitam comprá-los, total ou parcialmente. Dessa forma, os estudos apontam divergências entre as facilidades e fragilidades de acesso ao tratamento de DM principalmente no que refere às dimensões disponibilidade e acessibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)

O acesso ao tratamento de DM tem sido contemplado por diversas atualizações a respeito das políticas de enfrentamento a esta doença. Todavia, há uma lacuna na literatura a respeito das estratégias de acesso ao tratamento de DM na perspectiva dos usuários, e, também, há um lapso de estudos referentes ao acesso do tratamento não medicamentoso pelos portadores de DM na AB, limitando assim o presente estudo. Apesar das limitações, este estudo trouxe contribuições para a produção do conhecimento científico, ao discutir o acesso à saúde como direito, em especial o acesso ao tratamento, insumos e medicamentos pelos portadores de diabetes atendidos na AB, além de reforçar a necessidade de mais pesquisas com essa temática.

REFERÊNCIAS

- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento – Pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed., São Paulo: Hucitec, 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. 30. ed., Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.
- MITRE, S. M.; ANDRADE, E. I. G.; COTTA, R. M. M. Avanços e desafios do acolhimento na operacionalização e qualificação do Sistema Único de Saúde na

- Atenção Primária: um resgate da produção bibliográfica do Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, [online], v. 17, n. 8, p. 2071-2085, jul. 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus / Ministério da Saúde**, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- CABRELLI, R., *et. al.* Idosos na unidade de saúde da família: morbidade e utilização de serviços de saúde. **Rev. RENE**, [online], v. 15, n. 1, p. 89-98, jan./fev. 2014.
- GARUZI, M. *et al.*, Acolhimento na Estratégia Saúde da Família: revisão integrativa. **Rev Panam Salud Publica**, [S.L.], v. 35, n. 2, p. 144-149, 2014.
- BARRETO, M. N. S. C., *et. al.* Análise do acesso ao tratamento medicamentoso para hipertensão e diabetes na Estratégia de Saúde da Família no Estado de Pernambuco, Brasil. **Rev. bras. epidemiol**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 413-424, abr./jun. 2015.
- COSTA, K. S., *et. al.* Fontes de obtenção de medicamentos para hipertensão e diabetes no Brasil: resultados de inquérito telefônico nas capitais brasileiras e no Distrito Federal, 2011. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2. p. 1-13, fev. 2016.
- SILVA, S. S., *et. al.* Uso de serviços de saúde por diabéticos cobertos por plano privado em comparação aos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 10, p.1-11, out. 2016.
- MEINERS, M. M. M. A. *et al.* Acesso e adesão a medicamentos entre pessoas com diabetes no Brasil: evidências da PNAUM. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [S.L.], v. 20, n. 3, p. 445-459, jul./set. 2017.
- CRUZ, J. S., *et al.* Avaliação do acesso à Estratégia Saúde da Família na perspectiva dos usuários no município de Santo Antônio de Jesus-Bahia, Brasil. **Rev. Saud. Pública**, [S.L.], v. 19, n. 5, p. 641-648, set./out. 2017.
- OLIVEIRA, D. C., *et al.* A universalização e o acesso à saúde: consensos e dissensos entre profissionais e usuários. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 483-490, 2017.
- JASMIM, J.S.; QUELUCI, G. C. Estudos sobre pacientes diabéticos na atenção primária. **Revista de enfermagem UFPE online**, Recife, v. 12, n. 4, p. 1072-1084, abr. 2018.
- SANTOS, A. L., *et. al.* Percepção de usuários com diabetes acerca da assistência recebida na atenção primária à saúde. **Revista APS**, [online], v. 21, n.2. p. 251-258, abr./jun. 2018b.
- MACEDO, V. L. M., *et. al.* Avaliação da estratégia saúde da família em São Sebastião - Distrito Federal. **Enfermagem em foco**, [online], v. 10, n. 2. p. 15-21, 2019.